

Três homens e um destino

EM DIVÓRCIO LITIGIOSO, MORO DESPONTA MAIS FRÁGIL PARA A BRIGA DO QUE BOLSONARO. O FUTURO DOS DOIS DEPENDE DO DECANO DO SUPREMO

por ANDRÉ BARROCAL

Celso de Mello é o decano do Supremo Tribunal Federal, o mais antigo na casa. Está lá desde 1989, ano da primeira eleição para presidente após a ditadura. A seis meses de pendurar a toga por idade, o juiz de Tatuí, cidade de 120 mil habitantes no interior paulista, tem nas mãos o destino do presidente nostálgico da ditadura e o do homem-chave para a chegada desse saudosista ao poder. O casamento de Jair Bolsonaro e Sérgio Moro terminou em litígio e baixaria, e agora cabe a Mello arbitrar o desenlace. Entre os 2,5 mil processos em seu gabinete, há um inquérito que se propõe a descobrir se o ex-capitão é criminoso comum, por trocar o diretor da Polícia Federal com objetivos pessoais



Mello tem tempo para lustrar a biografia

e familiares e para ter acesso privilegiado a investigações do Supremo, conforme disse Moro ao deixar o Ministério da Justiça. Ou se o ex-juiz da Operação Lava Jato é um caluniador.

Não só neste inquérito se cruzam os destinos do trio. Mello cuida ainda de um mandado de segurança que tenta obrigar o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, a dar andamento a um pedido de *impeachment* de Bolsonaro. Já mandou o deputado Ihe prestar informações e o presidente ser notificado de que é corrêu. Mais: Mello será o voto de minerva em um *habeas corpus* de Lula contra Moro e a condenação do petista pelo ex-juiz, ação que deverá ser julgada assim que a pandemia permitir ao STF ter sessões com a presença física dos magistrados. Perto de sair de cena, o ministro, em tese, é menos sujeito



Moro sacou primeiro, mas...

a pressões e pode priorizar a biografia. Como quer entrar para a História ao decidir sobre Moro, que em 2013 considerou “suspeito” em uma ação similar ao HC lulista, e sobre Bolsonaro, alvo de bordoadas verbais suas?

O decano deu 60 dias para Moro depor à PF e apresentar provas das acusações a Bolsonaro, ao abrir um inquérito sobre o divórcio. Tempo para o ex-juiz preparar-se para um duelo do tipo “matar ou morrer”. É como diz o ex-presidente Michel Temer: ou Moro ou Bolsonaro mentiu, não há terceira opção. O ex-juiz ofereceu um aperitivo, ao entregar à (surpresa!) Rede Globo, no dia de sua demissão, a foto de uma conversa por escrito, via celular, com Bolsonaro. No papo, o ex-capitão aponta o fato de um inquérito sobre milícias digitais ter chegado perto de deputados bolsonaristas como

“mais um motivo para a troca” do chefe da PF. Bolsonaro planejou emplacar um amigo de família, o delegado Alexandre Ramagem, chefe da sua segurança na eleição de 2018 e, no governo, da Agência Brasileira de Inteligência. Mas o juiz do Supremo Alexandre de Moraes deu uma liminar contra a nomeação, a pedido do PDT. Detalhe: Moraes está à frente da apuração sobre as milícias digitais.

SERÁ UM DUELO DE “MATAR OU MORRER” ENTRE OS EX-ALIADOS. NA MEDIAÇÃO, CELSO DE MELLO

Caso se comprove que a degola do chefe da PF escolhido por Moro, Maurício Valeixo, tinha o objetivo de proteger sua família e empresários que financiam as milícias, Bolsonaro terá cometido advocacia administrativa, infração definida no artigo 321 do Código Penal e punida com até um ano de cadeia. Ao requerer ao Supremo a abertura do inquérito sobre as acusações de Moro, o procurador-geral da República, Augusto Aras, apontou outros cinco crimes comuns potenciais do ocupante do Palácio do Planalto, entre eles, falsidade ideológica. Ao abandonar o governo com um discurso que mais parecia uma delação premiada, Moro disse não ter assinado a demissão do delegado Valeixo, seu parceiro de Lava Jato em Curitiba. A exoneração saiu no *Diário Oficial da União* de 24 de abril, com as



assinaturas de Bolsonaro e Moro. Mais tarde houve uma republicação, e o nome de Moro sumiu.

Falsificar documento público é crime punido com até cinco anos de prisão, pelo artigo 299 do Código Penal. Homem da confiança de Bolsonaro, o secretário-geral da Presidência, Jorge de Oliveira Antonio, participou da trama. É a suspeita do deputado paulista Ivan Valente, do PSOL. Todo papel que o presidente assina é levado a ele pelo subchefe de Assuntos Jurídicos, órgão da Secretaria-Geral. Antonio acumula o cargo de subchefe. Após assinado, o documento é remetido pela subchefia para a Imprensa Nacional publicar no *Diário Oficial*. Se Moro não assinou a degola de Valeixo, foi o subchefe que botou seu nome no papel? É o que Valente quer saber da

Secretaria-Geral, por meio de requerimentos de informação e da Lei de Acesso à Informação. Há ainda uma hipótese levantada por empresários do ramo da certificação digital: a assinatura digital de Moro foi usada sem autorização?

Caso se comprovem os crimes potenciais do presidente no inquérito “Moro vs. Bolsonaro”, o ex-capitão estará ao alcance de uma ação penal, no Supremo, por crime comum. Os deputados teriam de autorizar seu afastamento do cargo por 180 dias, para o tribunal julgá-lo. Temer escapou de acusações do tipo em 2017. Bolsonaro tem chances de salvar-se. É Moro que parece correr mais riscos. E não só porque o ex-capitão namora o

Ramagem, amigo do clã, está impedido de assumir a PF. O pastor Mendonça substituiu Moro



TERIA AUGUSTO ARAS ARMADO UMA ARAPUCA PARA O EX-JUIZ CURITIBANO?

dito “Centrão”, ao oferecer a essa turma cargos em troca de apoio parlamentar, nem por esse pessoal nutrir repulsa pelo ex-juiz, devido à perseguição à classe política. O ex-ministro terá de fugir de uma arapuca armada pelo procurador-geral indicado por Bolsonaro.

Tomar o depoimento de Moro foi a primeira providência pedida por Aras no inquérito. O “xerife” quer que o ex-ministro apresente “manifestação detalhada sobre os termos do pronunciamento (de despedida do governo), com exibição de documentação idônea que eventualmente possua”. Vê três crimes potenciais do ex-juiz, se este tiver mentido sobre as razões de Bolsonaro trocar o chefe da PF. Calúnia, injúria e denúncia caluniosa (atribuir crime a alguém que se sabe inocente). “O ministro que



saiu fez acusações e é bom que ele comprove”, disse Bolsonaro, “é ele que tem que comprovar aquilo que falou a meu respeito.” O presidente fez tal comentário logo após receber Aras no Palácio do Planalto na segunda-feira 27.

O delegado que comandará o inquérito e ouvirá Moro será designado pela PF, e com o veto à nomeação de Ramage, era possível que fosse pinçado pelos sobreviventes da direção montada por Valeixo e o ex-ministro. A PF rachou entre lavajatistas e bolsonaristas, segundo relatos de policiais a *CartaCapital*. Há quem aposte que os primeiros apressarão as conclusões de inquéritos de que participam no Supremo e motivaram, nas palavras de Moro, a “intervenção política” de Bolsonaro na PF. Há duas investigações com potencial para atingir um dos filhos do presidente, Carlos, além de parlamentares e empresários bolsonaristas. Ambas sob os cuidados de Alexandre de Moraes, que no dia da delação premiada de Moro mandou dois despachos à PF: nada de trocar os delegados destas apurações. Um destes é Igor Romário de Paula, ex-Lava Jato em Curitiba e alçado a diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado da PF na gestão Moro.

Um dos inquéritos que assombram Bolsonaro diz respeito a notícias falsas e



Maia, por ora, vê o circo pegar fogo

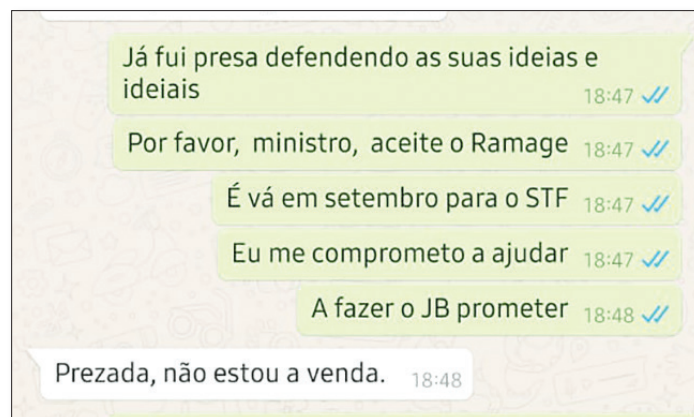
ódio dirigidos contra o tribunal pelas milícias digitais partidárias do presidente. Nasceu em março de 2019, por iniciativa do Supremo. É ele que resvala em 10 ou 12 deputados bolsonaristas, razão de o ex-capitão ter escrito a Moro “mais um motivo para a troca” do chefe da PF. Milícias digitais e máquina virtual de *fake news* são armas de Bolsonaro, a fonte de seu poder. Não à toa seu filho Eduardo foi ao STF com uma ação para acabar com a CPI das Fake News, recentemente prorrogada por seis meses. Eduardo é um dos alvos da comissão. Para a relatora da CPI, deputada Lídice da Mata, do PSB da Bahia, “é uma ação suspeita”, quase uma confissão de culpa do zero

três. A tendência era o juiz do caso, Gilmar Mendes, negar o pedido do parlamentar.

Dois deputados da CPI, Marcelo Freixo, do PSOL do Rio de Janeiro, e Tulio Gadelha, do PDT de Pernambuco, propõem convocar Moro para depor. Ao deixar o governo, o ex-juiz sentiu o peso das milícias digitais bolsonaristas. Foi tachado de antiarmas e pró-aborto, o oposto de Bolsonaro, e de traidor. Carlos Bolsonaro fez circular fotos de Moro ao lado de Aécio Neves, do PSDB, e outra com Rodrigo Maia. Para o bolsonarismo, Maia e os tucanos conspiram pelo *impeachment*. “O Bolsonaro inventou a campanha nas redes sociais no Brasil, por isso é o protagonista absoluto nas redes, consegue falar com o eleitorado dele o tempo todo”, diz Felipe Nunes, da Quaest, empresa de análise e pesquisa digitais. “O Moro é o personagem político que mais chegou próximo do Bolsonaro nas redes, mas por pouco tempo. Depois da demissão, começou a cair”, completa Nunes, também cientista político da Universidade Federal de Minas Gerais.

O divórcio de Moro e Bolsonaro mostrará o peso do ex-ministro na popularidade do governo, mas o saldo final dependerá do estrago que as milícias

DIDA SAMPAIO/ISTADÃO CONTEÚDO, MARCOS CORRÊA/PR E ABR



Sérgio Moro é padrinho de casamento de Carla Zambelli. Imagine se não fosse



digitais causarão ao ex-juiz. Uma pesquisa Datafolha feita em 27 de abril trouxe pistas conflitantes, porém favoráveis ao presidente. Mais gente acredita que Moro falou a verdade (52%) do que Bolsonaro (20%), idem quanto à veracidade da acusação do ex-juiz de interferência política do presidente na PF (56% a 28%). Apesar disso, a aprovação do governo segue em 33%, pata-mar visto desde março de 2019, há 45% contra o *impeachment*, 59% contra a renúncia e 52% confiantes na liderança do ex-capitão. Uma solidez que talvez só as tragédias econômica e sanitária à vista mudem, segundo políticos em Brasília. A propósito, Bolsonaro acaba de declarar que Paulo Guedes, o ministro da Economia, está prestigiado. E de pôr de lado um plano de obras bolado pelos militares como alternativa à agenda liberal.

Os militares não abandonaram Bolsonaro após a debandada de Moro. Chamado de “herói nacional”, quando da “Vaza Jato”, pelo general Eduardo Villas Bôas, ex-comandante do Exército e hoje assessor especial do presidente, o ex-juiz não recebeu gesto fardado favorável. Ao contrário. Na hora do revide presidencial a seus ataques, Bolsonaro tinha a seu lado todos os ministros, e o da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, estava colado nele. No Exército, há quem considere anormal Moro ter saído “atirando”, que o episódio é estranho e precisa ser depurado. Visão explicitada pelo vice-presidente, o general de pijama Hamilton Mourão. “A forma como o ex-ministro Moro saiu não é a mais apropriada”, disse, “ele poderia simplesmente ter solicitado a sua demissão.”

“A estratégia de saída do Moro mostra que ele tem um projeto próprio: quer ser presidente”, diz Renato Perissinotto, ex-presidente da Associação Brasileira

JAIR BOLSONARO OU SÉRGIO MORO? OS GENERAIS OPTARAM PELO PRIMEIRO

de Ciência Política. “O sistema político se mexe para esvaziar a figura dele. Esse esvaziamento vai criar um problema para o Bolsonaro, que depende do Centrão para isso, mas ao mesmo tempo adota um discurso antissistema.”

Há mais esquisitice na saída de Moro. Ele usou dependências do governo (o auditório do Ministério da Justiça) para atacar o presidente. Sua atitude, chamemos de frieza, foi além. O ex-juiz mostrou à mídia conversas trocadas por celular com uma deputada cujo casamento apadrinhara em fevereiro, Carla Zambelli, bolsonarista radical. “Maligno”, comentou ela. A intenção de Moro era defender-se da acusação de Bolsonaro de que havia resistido à troca de chefe da PF para barganhar uma nomeação ao Supremo. “Não estou à venda”, escreveu à deputada, depois de ela dizer que tentaria convencer o presidente a indicá-lo.



Villas Bôas e outros fardados não largam o osso

Augusto Aras examina um pedido do líder da oposição no Senado, Randolfe Rodrigues, da Rede do Amapá, para apreender o celular da deputada. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, solicitou o mesmo sobre aparelhos de Moro. Defende ainda que o procurador-geral investigue se o ex-ministro prevaricou (omitiu-se) nas investigações do senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente, e se cometeu o crime de concussão (servidor público exigir vantagens pessoais), ao revelar ter pedido, quando aceitou ser ministro da Justiça, uma pensão para a família, caso morresse em serviço.

A vaga no Supremo para a qual Carla Zambelli topava fazer *lobby* por Moro será a de Celso de Mello, que completa 75 anos em 1º de novembro. Bolsonaro parece inclinado a escolher o ministro da Justiça que substituiu Moro. André Mendonça é teólogo, e o ex-capitão quer alguém “terrivelmente evangélico” na corte. Certa vez, disse que esse “evangélico” poderia sentar em cima de processos e assim barrar julgamentos sozinho. O sucessor de Mello herdará os processos do decano, é a regra. Inclusive o inquérito “Moro versus Bolsonaro”. É outro sinal negativo para o ex-juiz no divórcio. Ou será que o STF dará um jeito de evitar esse escárnio? Aconteceu após a morte de Teori Zavascki, o primeiro juiz

da Lava Jato na corte. Os processos da operação curitibana ficariam com o escolhido de Temer, mas seu partido, o MDB, estava atolado nas investigações, e o tribunal arranhou uma forma de a herança cair com outro ministro.

Ou será ainda que o decano vai correr e fazer o que puder para o inquérito estar concluído antes de sua aposentadoria, uma tarefa considerada difícil nos corredores do Supremo? Não depende só dele, mas Mello, por enquanto, tem toga e caneta. E poderá usá-las para esboçar umas páginas de sua biografia. •